

EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22.389 - PR (2016/0025480-6)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : JOSÉ BURAK
EMBARGANTE : PAULO ROBERTO MICHELATO
ADVOGADO : DANTON ILYUSHIN BASTOS E OUTRO(S) - PR035297
EMBARGADO : UNIÃO
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ BURAK e outro contra a decisão em que concedi a ordem para determinar que seja processado o recurso hierárquico nos termos do art. 56, e seguintes, da Lei 9.784/1999, tendo em vista o entendimento da Primeira Seção no sentido do cabimento de recurso hierárquico dirigido ao Presidente da República em sede de processo administrativo.

Os embargantes alegam, em síntese, que não foram analisados os pedidos formulados na petição avulsa (e-STJ fls. 193/199), oportunidade em que requereram a suspensão dos efeitos da portaria punitiva, até final julgamento do mandado de segurança, com os seus retornos imediatos aos cargos de origem e o consequente pagamento dos atrasados.

Aduzem que "Vossa Excelência deveria ter analisado os pedidos implícitos subjacentes à reabertura do PAD", devendo o pedido inicial "ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo" (e-STJ fl. 220).

Ao final, buscam o acolhimento dos presentes embargos, a fim de que seja determinada a suspensão dos efeitos da portaria punitiva, bem como os seus retornos aos cargos anteriormente ocupados, com o pagamento dos atrasados.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

In casu, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

Com efeito, na petição inicial foram formulados os seguintes pedidos (e-STJ fls. 13/14):

a) seja concedida liminar sem a oitiva da parte contrária, determinando-se à DD Autoridade Coatora a imediata remessa do recurso hierárquico à Presidência da República;

(...)

e) seja concedida, em definitivo, a segurança ratificando-se a liminar concedida; ou concedida a segurança a fim de ordenar à DD. Autoridade Coatora a remessa do recurso hierárquico dos impetrantes à Presidência da República.

A ordem foi concedida nos seguintes termos: "Ante o exposto,

Superior Tribunal de Justiça

nos termos do art. 34, XIX, do RISTJ, CONCEDO A ORDEM para determinar que seja processado o recurso hierárquico, nos termos do art. 56, e seguintes, da Lei 9.784/1999."

Nesse contexto, exsurge certo que, em verdade, pretendem os embargantes alterar o pedido inicialmente formulado, o que é inviável.

Com efeito, ao apresentar a inicial, os impetrantes fixaram os limites da lide, sendo inadmissível a ampliação do pedido após a apresentação das informações pela autoridade apontada como coatora (oportunidade em que há a estabilização da demanda).

Registre-se, por fim, que o mero inconformismo com o posicionamento emitido não permite o manejo de aclaratórios.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator